



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2019

Altera a Lei Complementar nº 196, de 12 de novembro de 2012, que “Dispõe sobre o estatuto de defesa, controle e proteção dos animais e dá outras providências”.

Autor: Vereador João Miranda

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º Fica revogado o inciso I, alterados os incisos II e III e acrescidos os incisos VII, VIII e IX, do art. 56 da Lei Complementar nº 196, de 12 de novembro de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 56 ...

I - REVOGADO;

II - multa de 10 (dez) a 100 (cem) UFFI - Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu;

III - nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao valor de 100 (cem) a 200 (duzentas) UFFI - Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu;

...

VII - nos casos de maus-tratos que não gerem lesões ou a morte do animal, será cobrada a multa de 30 (trinta) UFFI - Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu;



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

VIII - nos casos de maus-tratos praticados dolosamente e que provoquem lesões ao animal, será cobrada a multa de 40 (quarenta) UFFI - Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu;

IX - nos casos de maus-tratos praticados dolosamente e que provoquem a morte do animal ou de abandono de animal sadio ou doente, será cobrada a multa de 50 (cinquenta) UFFI – Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de janeiro de 2019.

João Miranda
Vereador



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar encaminhado para a apreciação dos colegas tem por finalidade tentar inibir os inúmeros casos de abandono e de maus-tratos a animais em Foz do Iguaçu, pois a imposição de multas severas servirá para preencher uma lacuna deixada pela legislação federal, a qual impõe penas muito brandas.

A atual legislação que versa sobre maus-tratos a animais (Lei Federal nº 9.605/1998 – Art. 32) pune casos de abusos e maus-tratos com pena de detenção de três meses a um ano e multa. Além disso, esse tipo de crime é considerado de “menor potencial ofensivo”, que são os crimes com penas não superiores a dois anos, cumuladas ou não com multas. Por essa razão, são processados junto aos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/1995), que possibilitou a conversão dessas penas em medidas alternativas, tais como pagamento de cestas básicas e multas. Assim, a demasiada benevolência acaba gerando impunidade e alimenta novas investidas violentas contra os animais, que não possuem voz para se defender.

A alteração dos valores das multas servirá como medida socioeducativa para que as pessoas repensem antes de praticar o ato de abuso e maus-tratos contra os animais, que também merecem o nosso respeito como seres vivos.

As propostas ora apresentadas são oriundas de reivindicações da comunidade e, como representante do povo e da causa animal, trago à baila para apreciação dos nobres colegas.

JM/ns

Parágrafo Único - Responderá pela infração quem por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 56 Às infrações ao disposto nesta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 1 (uma) a 10 (dez) UFFI - Unidade Fiscal de Foz do Iguaçu;

III - nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao valor de 10 (dez) a 100 (cem) UFFI - Unidade Fiscal de Foz do Iguaçu;

IV - interdição temporária da atividade, por até 30 (trinta) dias;

V - cassação do alvará de licença e funcionamento da atividade;

VI - interdição definitiva da atividade.

Art. 57 As multas aplicadas por força da presente Lei serão destinadas para o Fundo Municipal de Saúde, com recursos revertidos ao órgão responsável pelo controle de zoonoses.

Art. 58 O infrator tomará ciência das decisões das autoridades sanitárias:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada ou através do órgão responsável pela publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal, considerando-se efetivada 5 (cinco) dias após sua publicação.

Art. 59 Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transporte, de alimentação, de assistência veterinária e outras, nos termos de Decreto Regulamentador desta Lei.

Capítulo XIII

DO PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Art. 60 O controle populacional e de zoonoses de caninos e felinos no Município de Foz do Iguaçu será considerado política de saúde pública, que deverá abranger a esterilização cirúrgica e outras medidas cabíveis.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo responsável pela instituição, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação desta Lei, do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 61 O Programa de que trata o Art. 60 será feito em conjunto com as entidades a que se refere o Art. 50 desta Lei, e com as clínicas e hospitais veterinários instalados no Município de Foz do Iguaçu,